

# *REVISTA USP* EM LIVRO

*Ricardo Bitun e José Edilson Teles*

*RELIGIOSIDADE NO BRASIL, DE JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA (ORG.),  
SÃO PAULO, EDUSP, 2012, 400 P.*

**A** coletânea de artigos que compõe a obra *Religiosidade no Brasil* publicada pela Edusp (2012), organizada pelo antropólogo João Baptista Borges Pereira, é resultado de um dossiê de mesmo nome lançado inicialmente numa edição especial da *Revista USP* de número 67, de 2005, organizado pelo saudoso prof. Antônio Gouvêa Mendonça, falecido em outubro de 2007. A presente publicação rende-lhe merecida homenagem, visto que foi um pensador profícuo e que deixou marcas na produção acadêmica brasileira, especialmente numa linha de pesquisas da qual foi um dos pioneiros ao propor uma sociologia do protestantismo.

Não é exagero afirmar que o título da coletânea, cuja edição atual é acrescida de mais três artigos (inicialmente eram dezessete), embora grafado no singular, apresenta uma “ambição” clássica (no melhor sentido que o termo possa ser concebido) na produção acadêmica das ciências sociais, isto é, busca explorar uma diversidade, uma espécie de mosaico religioso, característico das transformações por que tem passado o campo religioso brasileiro, como bem atestam os últimos censos. Entretanto, tal “ambição” de modo algum pressupõe esgotamento das possibilidades de abordar a questão. Como informa o prof. João Baptista Borges Pereira logo na apresentação da obra, esse conjunto de artigos simplesmente “expressa a seu modo a rica, nuançada e complexa realidade sociocultural do país”.

De modo geral, os autores buscam articular, com a notável capacidade de síntese que lhes é peculiar, observações empíricas do campo religioso, análise dos últimos dados censitários (especialmente o censo de 2000) e um investimento teórico-metodológico refinado na interpretação dos dados que têm à disposição. Sendo assim, o objetivo desta resenha é fazer apontamentos gerais – embora breves – de cada artigo, destacando suas principais contribuições à leitura do pluralismo religioso brasileiro.

O primeiro artigo, “As Religiões Indígenas: o Caso Tupi-guarani”, de Roque de Barros Laraia, tem como objetivo central explorar a cosmologia indígena ou o sistema de crenças, tomando como recorte empírico o que o autor chama de “religião tupi”, característica de alguns grupos tupi-guaranis do Tocantins. Ainda de acordo com Laraia, “a enorme dispersão dos povos tupi-guaranis por uma imensa área geográfica, conjugada com um longo isolamento, provocou diferentes transformações em seus sistemas de crenças” (p. 18). Apesar disso, o autor se propõe a analisar mais as semelhanças do que as *diferenças*. Assim, de acordo com Laraia, “uma das funções do sistema de crenças é ser explicativo” (p. 21), isto é, preenche uma necessidade básica, mediante a linguagem, de fornecer aos homens uma explicação para o mundo que o cerca, comumente concebido como repertório “mitológico”.

No centro desse sistema de crenças destaca-se um de seus principais personagens, cuja categoria *pai'é*, ou simplesmente “pajé”, teria equivalência à categoria *xamã*. A atividade desse personagem, cujas habilidades lhe são atribuídas socialmente, “consiste em efetuar curas por meio do controle dos espíritos que provocam as doenças, e até mesmo a morte” (p. 17). Quanto às transformações do sistema de crenças, para além dos motivos já mencionados (dispersão e isolamento), convém ainda destacar o “contato cultural” com missionários cristãos, cujas dificuldades foram ressaltadas na tentativa de sobrepor um sistema ao outro.

Por sua vez, os artigos “FACES do Catolicismo Brasileiro”, de Faustino Teixeira, e “Uma Visita ao Catolicismo Brasileiro Contemporâneo: a Bênção de Santo Antônio num Convento Carioca”, de Renata de Castro Menezes, estão ligados por uma temática comum, ou seja, buscam descrever as principais características do catolicismo brasileiro, conhecido como “catolicismo popular”. Além disso, embora a perda de hegemonia católica seja evidente, conforme a interpretação dos censos, não corresponde a seu desaparecimento da esfera pública, como aponta Renata Menezes.

**RICARDO BITUN**  
é professor da  
Universidade  
Presbiteriana  
Mackenzie.

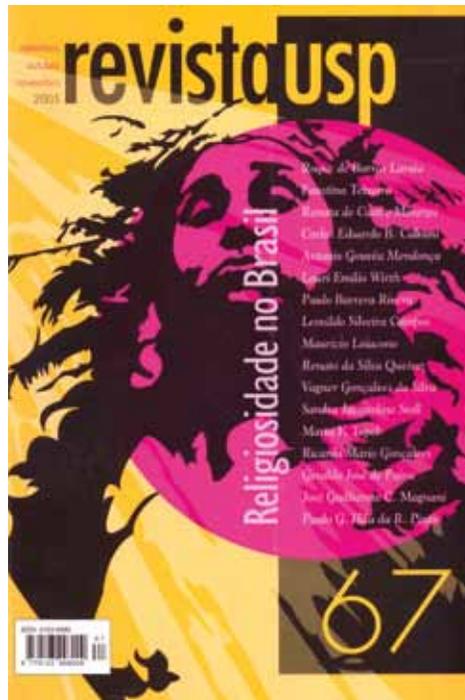
**JOSÉ EDILSON  
TELES**  
é graduando em  
Sociologia e Política  
na Fundação Escola  
de Sociologia  
Política (FESP-SP).

Teixeira parte de uma constatação do Censo 2000, cujos números, apesar de apontarem o catolicismo como uma religião majoritária no Brasil (73,8%), ainda assim, apresentam um enfraquecimento em relação aos censos anteriores. Esse “declínio” é contrabalançado com o crescimento cada vez maior dos pentecostais. Segundo Teixeira, tal fenômeno parece “apontar para uma situação nova, marcada pela ‘destraditionalização’ e pela pluralização do campo religioso” (p. 24). Desse modo, a “pluralidade” do campo religioso constitui a “plasticidade” dos vários modos de ser católico no Brasil (p. 25).

Esses vários modos e estilos de ser católico no Brasil caracterizam o que Teixeira chama de “malhas” do catolicismo: a) um catolicismo *santorial*, tido como uma das formas mais tradicionais desde o período da colonização, cuja característica central seria o culto aos santos. Marcado pelas devoções populares, esse estilo de catolicismo teria passado por um forte processo de “romanização”, embora suas práticas ainda permaneçam vivas sob certos aspectos; b) um catolicismo *erudito*, também chamado “oficial”, seguiria as diretrizes de Roma; c) um catolicismo dos reafiliados, definido basicamente como um movimento que promove uma “readesão” aos valores tradicionais do catolicismo, numa sintonia com a igreja oficial. É o caso da Renovação Católica Carismática; d) na quarta “malha” estaria o *catolicismo midiático*, caracterizado como um fenômeno emergente.

Tomando como objeto privilegiado o caso da devoção a Santo Antônio, a etnografia de Renata Menezes contribui para uma nova leitura das práticas de devoção aos santos, problematizando, por exemplo, a concepção que atribui essas práticas a uma modalidade de catolicismo, conhecido como “popular”; por sua vez, essas práticas de devoção apresentam-se num novo contexto como um fenômeno que aponta para essa vitalidade do catolicismo, especialmente na relação com o chamado *catolicismo midiático*.

A observação empírica das interações que se dão em torno das práticas de devoção



**Edição especial da Revista USP sobre religiosidade no Brasil**

– de modo específico, o universo “micro” da bênção de Santo Antônio – permite à autora identificar a construção de um “saber-fazer religioso” e o modo como sua circulação é colocada em movimento. Desse modo, uma de suas hipóteses é que a circulação desse repertório ritual em torno dos santos extrapola os limites do catolicismo, indo ao encontro de religiosidades menos institucionalizadas, tais como a chamada “Nova Era”, e uma religiosidade mais difusa (p. 39). O convento de Santo Antônio, localizado no Rio de Janeiro, é o meio pelo qual Menezes busca mapear essas interações.

Marcados por uma proximidade temática, os artigos de Carlos Eduardo Calvani, Antonio Gouvêa Mendonça, Lauri Emilio Wirth, Paulo Barrera Rivera e Leonildo Silveira Campos exploram, cada um a seu modo, a constituição do campo religioso a partir da tradição protestante em solo brasileiro.

O artigo de Mendonça, “O Protestantismo no Brasil e suas Encruzilhadas”, sintetiza algumas de suas clássicas considerações, tais como a construção de modelos de inserção do protestantismo em solo brasileiro. Para Mendonça, é contrassenso falar em “protestantismo brasileiro”, visto que sua dependên-

cia teológica deve-se às matrizes estrangeiras. Por esse motivo, o autor prefere falar em “protestantismo no Brasil” via modelos de “migração” e de “missão”.

Mendonça propõe uma classificação, cujo objetivo é identificar os diferentes momentos desse tipo de protestantismo no Brasil e sua relação com o contexto político brasileiro. Um critério histórico permite a Mendonça a construção da seguinte periodização: a) período de “implantação”, marcado pelo fenômeno das migrações e das missões americanas (1824-1916); b) projeto de cooperação entre as igrejas cristãs no Brasil, conhecido como “unionismo” (1916-1952); c) período pós-guerra, que marca a chegada de novas teologias ao Brasil, especialmente de raiz europeia (1952-1962); d) período marcado por transformações políticas no Brasil, caracterizado como “repressão e isolacionismo das igrejas” (1962-1983).

No caso de Calvani, cuja análise centra-se no “Anglicanismo no Brasil”, surge um problema em torno da classificação que até então explica a inserção do protestantismo. Como pensar o anglicanismo nesse contexto? De acordo com Calvani, o anglicanismo parece escapar da clássica distinção elaborada por Mendonça entre “protestantismo de migração” e de “missão”. Privilegiando uma abordagem weberiana, Calvani busca caracterizar essa instituição, encontrando nela elementos do tipo “igreja”, que, em oposição ao tipo “seita”, possuiria uma institucionalização de seus sacramentos, objetivação do sagrado, além de ser altamente hierárquica. Conforme o autor, “toda concepção sacramental do anglicanismo repousa sobre sua suposição de que a graça habita na própria instituição eclesial” (p. 69).

Ainda nesse contexto, o artigo “Protestantismo Brasileiro de Rito Luterano”, de Lauri Wirth, investe a análise no chamado “protestantismo de migração”, seguindo uma classificação sugerida por Mendonça. Wirth privilegia uma análise histórica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, buscando contextualizar sua teologia e liturgia.

Inspirado em Eric Hobsbawm, o artigo “A Reinvenção de uma Tradição no Pro-

testantismo Brasileiro”, de Paulo Barrera Rivera, analisa o caso da igreja evangélica brasileira, fundada em 1879 por Miguel Vieira Ferreira, um dissidente da igreja presbiteriana. Como bem aponta o autor, toda tradição é “fruto de um longo processo social de interpretações e reinterpretações de suas origens, até alcançar legitimidade e eficácia para passar de uma geração para outra” (p. 112). Apoiado por uma fundamentação histórica, Rivera analisa esse processo de construção da invenção e sua institucionalização.

Finalmente, fechando este quadro temático em torno do protestantismo, temos o artigo de Leonildo Silveira Campos, que aponta para fontes pouco exploradas acerca de “As Origens Norte-americanas do Pentecostalismo Brasileiro”. A fim de compreender a pluralidade pentecostal que marca o campo religioso brasileiro, Campos privilegia o que chama de duas perspectivas analíticas, a saber, o fenômeno das rupturas e o das continuidades. De acordo com Campos, a expansão do pentecostalismo brasileiro não pode ser compreendida sem sua pré-história norte-americana, com personagens como Charles Parham e William Seymour.

Já o artigo “A Igreja Ortodoxa no Brasil”, de Mauricio Loiacono, fornece algumas informações acerca da Igreja Católica Ortodoxa Apostólica Russa no Exílio, que, embora desvinculada do Patriarcado de Moscou, mantém algumas de suas características, especialmente no que diz respeito à tradição. Entretanto, segundo o autor, “ainda que se preservando, notam-se algumas mudanças na igreja, relacionadas principalmente à liturgia, em especial na questão da língua” (p. 187), visto que, por necessidade, teve que ser aberto para os estrangeiros em seu contexto migratório.

O artigo “Mobilizações Sociorreligiosas no Brasil: os Surtos Messiânico-milenaristas”, de Renato da Silva Queiroz, analisa um quadro teórico de trabalhos e interpretações acerca dos estudos messiânicos rústicos brasileiros. O que Queiroz chama de “mentalidade messiânica”, cuja presença não se limitara ao contexto rural ou indígena, te-

ria também encontrado no contexto urbano importantes mobilizações sociais. Em torno desses fenômenos, uma série de interpretações – algumas já consideradas clássicas – teria elaborado algumas tipologias para sua compreensão.

Após um exame dessas interpretações, Queiroz sugere uma classificação em três vertentes principais nas ciências sociais: a) as *interpretações biopsicológicas*, que buscam estabelecer um vínculo entre a condição ser-taneja e o misticismo, presentes em autores como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Josué de Castro; b) as *interpretações sociológicas*, correspondendo a pelo menos duas linhas, sendo a primeira aquela que concebe o messianismo como uma “modalidade arcaica ou pré-política da revolução social” (Rui Facó e Mauricio Vinhas de Queiroz) e a segunda, em contraposição, aquela que busca compreender a dimensão de sua lógica social, isto é, procurava superar as interpretações estigmatizadoras que viam nesses surtos milenaristas uma espécie de patologia social desviante (Maria Isaura Pereira de Queiroz); c) e, por fim, estaria a *abordagem interpretativo-compreensiva*, desenvolvida pela perspectiva antropológica, cujo objetivo é compreender o fenômeno “a partir da visão dos que o protagonizaram” (p. 212). Proponentes dessa interpretação estariam, por exemplo, os trabalhos de Duglas Teixeira Monteiro, Laís Mourão, Josildeth Gomes Consorte, Lísias Nogueira Negrão e Alba Zaluar.

Inspirado no estruturalismo lévi-straussiano, Vagner Gonçalves da Silva analisa as “Concepções Religiosas Afro-brasileiras e Neopentecostais”, buscando compreender a dimensão simbólica e o trânsito dessas práticas entre esses sistemas religiosos. Para Silva, o combate que as igrejas neopentecostais, especialmente a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), travam com as religiões afro-brasileiras (candomblé e umbanda) conteria uma certa lógica, isto é, haveria uma “tentativa de monopolizar seus principais bens no mercado religioso, as mediações mágicas e a experiência do transe religioso, transformando-o em um valor interno do sistema

neopentecostal” (p. 221). Daí resultaria o trânsito, como, por exemplo, a atribuição de significados que se faz dos transes e possessões, estabelecendo-se um *continuum* entre os sistemas religiosos.

O artigo de Sandra Jacqueline Stoll, “O Espiritismo na Encruzilhada: Mediunidade com Fins Lucrativos?”, tem como objetivo discutir a relação entre ética religiosa e empreendimentos lucrativos, aparentemente paradoxal no que diz respeito à prática espírita. Tomando como exemplo a trajetória da família Gasparetto, Stoll analisa os conflitos e inovações dentro desse sistema religioso, cujo modelo pautava-se pelo exercício da mediunidade como prática de caridade. Segundo Stoll, essa renovação do campo espírita pode ser caracterizada “pela incorporação e reinterpretação de práticas e ideias do universo ‘neoesotérico’ e de ‘autoajuda’”, que, por outro lado, daria sinais de um “afastamento de certos valores associados à cosmologia católica”, que teria marcado o kardecismo e se aproximaria de um discurso da “teologia da prosperidade” centrado num discurso de autoajuda (p. 261). Desse modo, a prática tradicional de caridade que definia o *ethos* espírita se deslocara de sua ênfase no “outro” para voltar-se para o indivíduo, especialmente a figura do médium, que passaria a se beneficiar com seu dom.

Marta Topel analisa a constituição de um “Judaísmo(s) Brasileiro(s)”, visto que, segundo a autora, há no Brasil, “numerosas formas de recriação do judaísmo” (p. 276). Tomando como exemplo dois grupos religiosos que representam os extremos opostos do judaísmo, Topel considera a possibilidade de pensar num “judaísmo brasileiro”. Em relação ao judaísmo ortodoxo “autêntico”, cujas exigências relativas a ser “judeu” seguiriam à risca um conjunto de preceitos, desde hábitos alimentares até regras de conduta na vida cotidiana, esse “judaísmo brasileiro”, devido a seu contexto cultural, consistiria num “novo” tipo de judaísmo, sem relação direta com a tradição. É o que apontam, por exemplo, pesquisas realizadas entre dois grupos mencionados pela autora, a saber, os judeus



Marcello Casal Jr/ABR

**Inauguração da exposição Diversidade Religiosa no Brasil, no Itamaraty, em 2006**

ortodoxos paulistanos e os descendentes de judeus no estado do Pará, que, ao construir um novo modo “judeu”, colocariam em xeque o monopólio da ortodoxia.

Os artigos de Ricardo Mário Gonçalves, Geraldo José de Paiva e Suzana Ramos Bornhold também possuem uma temática comum, isto é, apresentam, sob suas respectivas abordagens, a inserção das religiões orientais no campo religioso brasileiro.

O artigo “As Flores do *Dharma* Desabrocham sob o Cruzeiro do Sul”, de Ricardo Mário Gonçalves, possui um caráter autobiográfico e busca resgatar, a partir da inserção de seu autor, alguns aspectos dos vários “budismos” no Brasil. Desse modo, sua posição de observador na leitura do fenômeno é enunciada, o que torna possível ao autor um falar a partir de “dentro”. Se, por um lado, os censos indicam certa presença do budismo no Brasil, por outro, segundo Gonçalves, não se trata da constituição de um budismo “legítimo” e herdeiro de uma tradição milenar, mas seriam vertentes e movimentos “deformados” em relação à tradição, uma espécie de “pseudomorfose” não reconhecida pelas ordens tradicionais. Sente-se no texto certo desencanto do autor em relação a esse budismo popularizado pela mídia, o

que não prejudica sua contribuição à leitura do fenômeno religioso no Brasil.

Por sua vez, o artigo de Paiva, “Novas Religiões Japonesas e Suas Inserções no Brasil: Discussões a Partir da Psicologia”, apresenta algumas características e natureza dessas “novas religiões”, limitando-se a descrever a Seicho-no-iê e a Instituição Religiosa Pefeita Liberdade (PL). Ainda conforme Paiva, o adjetivo “nova” não se refere à sua recente data de origem, mas a uma relativa independência em relação às grandes tradições do xintoísmo e do budismo (p. 299). Em relação à sua inserção no campo religioso brasileiro, o autor investe numa discussão teórica acerca do processo de conversão, privilegiando a dimensão simbólica e a construção da identidade no novo sistema religioso adotado pelos conversos.

Ainda no universo das religiões orientais no Brasil, o artigo de Suzana Bornholdt analisa a “História, Especificidades e Inserção do Budismo Japonês da Soka Gakkai no Sul do Brasil”. Bornholdt explora algumas de suas principais estratégias de expansão, especialmente no contexto do Rio Grande do Sul, região em que a migração japonesa teria sido menor em relação a São Paulo e Paraná. Sua pesquisa contribui para compre-

ender melhor algumas características dessa comunidade japonesa.

O artigo “Ritual, Etnicidade e Identidade Religiosa nas Comunidades Muçulmanas no Brasil”, de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, chama atenção para uma grande comunidade muçulmana no Brasil, formada desde o século XIX pelo processo migratório. Além disso, o autor investe numa etnografia das práticas observadas na Mesquita Brasil, “espaço usado para celebrações e eventos comunitários que ultrapassam os limites das práticas e rituais religiosos” (p. 337). Ainda relacionado à questão da migração, que implica transpor para outra cultura uma tradição, o autor conclui que os “muçulmanos no Brasil apresentam múltiplas formas de identidade e religiosidade, que os conectam tanto com as codificações transnacionais do Islã quanto com as configurações locais do campo religioso em que se inserem” (p. 354).

O artigo “Xamãs na Cidade”, de José Guilherme Cantor Magnani, explora um conjunto de práticas religiosas chamado pelo autor de “xamanismo urbano”, ou simplesmente “neoesoterismo”, tendo como exemplo o caso da metrópole de São Paulo. Seu objetivo é compreender a lógica desse fenômeno, visto que não se trata apenas de uma reatualização de práticas tradicionais, mas de um novo arranjo no contexto urbano, uma nova construção a partir de um repertório variado, como, por exemplo, as práticas indígenas tradicionais e as “filosofias orientais”. Em contraposição à leitura que atribui uma aleatoriedade ao sistema de crenças do neoesoterismo, supondo constituir-se num sistema difuso e sem organização, Magnani argumenta que sua dinâmica está estruturada em “princípios ordenadores”. A circulação de suas práticas no contexto urbano seria ordenada por um circuito de trocas entre os agentes, de modo que o xamanismo não seria apenas “parte” integrante desse *circuito*, mas seu próprio constituinte (p. 313).

Os artigos de João Baptista Borges Pereira (organizador da coletânea) e Augustin Wernet se conectam em torno da migração italiana, embora seus objetos empíricos este-

jam em outros contextos. O artigo “Italianos no Protestantismo Brasileiro: a Face Esquecida pela História da Imigração”, de Borges Pereira, busca traçar as origens da Congregação Cristã no Brasil, fundada no bairro do Brás, em São Paulo, em 1910. O autor situa essas origens em dois planos: o *plano da migração italiana*, contextualizando os fatores que favoreceram a comunidade italiana, tida como um dos grupos desejáveis, entre eles, sua aproximação cultural com o catolicismo; e o *plano do protestantismo brasileiro*, geralmente concebido como inserido em três fases, a saber, um protestantismo de migração, um de missão e, por fim, o pentecostalismo. A Congregação Cristã, fundada por Luigi Francescon, se enquadraria nessa terceira fase, tendo sido uma igreja voltada para os migrantes italianos até 1940, quando então teria começado a pluralização dos fiéis entre os brasileiros.

Já o artigo “Congregações Femininas no Brasil e o Reavivamento Religioso em Fins do Século XIX”, de Wernet, tem como foco duas congregações de origem italiana, a saber, Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Barromeu, fundada em 1895, e Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, estabelecida no Brasil em 1900. Assim como Borges Pereira, Wernet busca contextualizar o surgimento e as atividades das ordens femininas, especialmente em relação ao processo de romanização, dentro do quadro de modernização do Brasil no final do século XIX.

Embora os textos tenham surgido em momentos diferentes, sendo eles mesmos um exemplo da diversidade de abordagens teórico-metodológicas, podem ser agrupados em torno de eixos comuns, como, por exemplo, a tentativa de compreender e interpretar a configuração do campo religioso brasileiro a partir do fenômeno da migração, como ficou evidenciado na maior parte dos artigos. Fundamentada em pesquisas de campo, a coletânea que o leitor tem em mãos chega num momento importante no qual as ciências sociais buscam renovar seus esforços teóricos na compreensão do campo religioso brasileiro.